#52 SÉRIE II JULHO 2022

anti-capitalista

Verão quente, mudança urgente.

Ciclovia da Alm. Reis: a importância da vitória sobre Moedas

P 3

Crise na distribuição global: o que é conjuntural e o que é estrutural?

P 5

A luta no interior de todas as cores

P 10

Face ao sistema, empunhamos a utopia!

Estamos em pleno Verão. A recuperar do término de um ciclo político, onde se estabeleceram fronteiras, linhas vermelhas, se experimentam novos caminhos a seguir e se reafirmam as prioridades de sempre.

Reafirmamos os direitos essenciais que devem ser consagrados. Enquanto as cidades se tornam parques de diversões turísticas, rendidas ao alojamento local e às vontades megalómanas de quem desconhece o seu povo, voltamos a afirmar que outra forma de estar é urgente. Não existem cidades impossíveis, não existe a impossibilidade de criar centros urbanos que funcionem para as pessoas e para o clima.

Também acreditamos que o trabalho não deve ser penoso. Que deve ser possível trabalhar com condições dignas em que a precariedade não seja a norma, rejeitando o "estar à rasca". Sabemos que quem cuida merece direitos, que o salário igual deve ser garantia para todos e todas, que quem trabalhou toda uma vida merece o seu descanso e a sua dignidade.

Estamos do lado dos serviços públicos, da Escola para toda a gente, do serviço nacional de saúde que não abandona ninguém. Percebemos que só o seu bom funcionamento pode garantir igualdade e rejeitar a lógica do sucesso individual e da meritocracia, que tantos e tantas deixa vulnerável à pobreza, à desigualdade, à discriminação.

Concretizamos os nossos anseios em iniciativas. O Roteiro Climático do Bloco lança-se pelo país para identificar os problemas, mapeá-los e construir uma resposta ecossocialista, em colaboração com as comunidades locais. Não temos tempo a perder, mas sabemos que para resolver a crise climática precisamos de apostar numa resposta popular que seja capaz de disputar maiorias sociais em torno de questões essenciais para a vida como o abandono de combustíveis fósseis, a gestão da água e o combate à pobreza energética.

A conjuntura geopolítica também nos impele aos nossos compromissos com o internacionalismo. Desde os bafos de esperança que nos chegam de França e da Irlanda, as mudanças na América Latina, a eterna agressão à Palestina à guerra que se prolonga na Ucrânia. O compromisso da Esquerda é com a paz e com a solidariedade, rejeitando, nomeadamente, o campismo e o dogmatismo.

Por estes motivos e tantos outros, escolhemos focar esta edição, que transbordou para o formato digital, sobre as utopias. Deixando o tema à livre interpretação passámos das ciber-utopias, à utopia do "american way of life" a autores como Foucault e Huxley. Sabemos que a nossa luta nos próximos anos será rejeitar os limites consagrados pelo capitalismo sobre a criatividade, a imaginação, de modo a penetrar nos grandes debates dos nossos tempos (como o ecossocialismo) e tornar as utopias menos utópicas.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial
Face ao sistema, empunhamos a utopia!

3 Ciclovia
Ciclovia da Alm. Reis: a importância da vitória sobre Moedas

4 Brasil
Brasil: Desaparecimentos numa Amazónia devastada

5 Economia
Crise na distribuição global: o que é conjuntural e o que é estrutural?

6 Habitação
E se pudéssemos viver nas cidades?

7 LGBTQ+
Pode uma cidade rejeitar o arco-íris?

8 Leitura
A tirania do mérito e como ela alimenta o desespero social, segundo Michael Sandel

9 LGBTQ+
A luta no interior de todas as cores

10 Leituras / Escutas
Recomendações de livros e música

Dossiê | No horizonte, a Utopia

Guilherme Machado | Andreia Galvão Maria Manuela Rola | Asia Leonardi Alexandre Portela | João Bernardo Narciso

Conselho editorial
Alda Sousa
Ana Bárbara Pedrosa
Ana Pardal
Andrea Peniche
António Figueira
Constança Portela
Hugo Monteiro
Inês Sena
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Luís Leiria
Mafalda Escada
Patrícia Felício
Rodrigo Rivera
Rodrigo Sousa
Sofia Lopes
Tatiana Moutinho

Design gráfico e paginação
José Torres
Capa Dossiê
João Alves

Participaram nesta edição
Alexandre Abreu
Alexandre Portela
Amarílis Felizes
Ana Jorge
Asia Leonardi
Beatriz Realinho
Francisco Louçã
Guilherme Machado
João Alves
João Bernardo Narciso
José Torres
Leonor Figueiredo
Maria Rola
Luís Leiria
Paulo Pinto
Ricardo Moreira
Rita Silva
Vasco Barata

Depósito Legal
441931/18

Ciclovia da Alm. Reis: a importância da vitória sobre Moedas

É possível defender o direito à cidade em tempo de Carlos Moedas? Pode a ciclovia ser uma brecha para discutir as cidades que queremos que sejam possíveis?

texto de Ricardo Moreira
ilustração de João Alves

No início de junho, numa reunião de Câmara em que os vereadores e vereadoras iriam decidir o futuro da ciclovia da Av. Almirante Reis em Lisboa, o Presidente Carlos Moedas decide abandonar a alteração que tinha proposto. Um ano antes, em plena campanha das autárquicas, Moedas tinha dito "a ciclovia é para acabar" e à direita já se ouvem vozes a criticar severamente o Presidente da Câmara de Lisboa pelo recuo, por isso, escrevo 2 notas sobre a importância desta vitória.

1) Moedas sem democracia ou transparência

No dia seguinte à sua tomada de posse, Moedas enfrentou uma das maiores manifestações de sempre contra um Presidente de Câmara. Era uma manifestação em defesa da mobilidade ativa e da ciclovia da Almirante Reis. Houve ainda uma petição com mais de 3 mil assinaturas entregue na assembleia municipal defendendo a manutenção da ciclovia.

Mas o Presidente da Câmara fez um simulacro de participação e promoveu - sem aparecer - 3 sessões públicas sobre a matéria, dando depois uma declaração no Twitter dizendo que tinha "ouvido as pessoas" e que, por isso, ia alterar a ciclovia. Dias depois surgiu uma carta aberta de munícipes que tinham estado nas sessões dizendo que as pessoas presentes pediram o contrário do que o Presidente disse.

Moedas tinha prometido também um estudo independente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que nunca apareceu. Tal como não tinham aparecido pareceres técnicos da PSP, Polícia Municipal ou Proteção Civil. Apenas dois dias antes da votação sobre a ciclovia foram conhecidos pareceres dos Bombeiros, da Direção Municipal de Mobilidade, da EMEL e da Carris que chumbavam a ideia do Presidente.

Na verdade, só depois de avançarem as obras é que Moedas apresentou a planta do que queria fazer, voltando a uma solução que Medina tinha tentado e que tinha sido considerada demasiado perigosa, retirando um faixa BUS de uma rua paralela e despejando trânsito parasita em vários quarteirões adjacentes à Av. Alm. Reis. Ainda por cima, esta solução era provisória e a CML ia gastar entre 300 a 400 mil euros na obra, quando em setembro tudo iria mudar devido a outra obra.

Eram demasiados erros, demasiados pareceres negativos, demasiada contestação popular contra a pura e simples teimosia de Carlos Moedas. O seu recuo foi uma boa notícia para a cidade.

2) A cidade que queremos

Nas ruas, o movimento social foi decisivo para permitir manter a ciclovia da Alm. Reis, a convocação de uma Massa Crítica que passasse pela Av. Alm. Reis e um pic-nic de defesa da ciclovia, foram momentos que mostraram que havia quem lutasse pela mobilidade ativa na cidade.

Na Câmara Municipal foi a ação do Bloco de Esquerda que contribuiu para essa derrota de Moedas. O Bloco Lisboa articulou com as restantes forças políticas para forçar uma consulta pública formal e estudos independentes que Moedas sabia serem mortais para o seu projeto. Foi essa exigência de transparência e democracia que fez Moedas recuar, mesmo quando PS e PCP estavam dispostos a abster-se e deixar mudar a ciclovia.

As próximas batalhas pela cidade que queremos têm de recolher lições deste embate: só o movimento social faz recuar a direita e o Bloco tem de ser a voz desses movimentos na Câmara e na Assembleia Municipal.

Será assim na defesa do direito à habitação, exigindo mais casas que as pessoas podem pagar, a reabilitação dos bairros sociais, o fim dos despejos sem alternativa habitacional e a regulação do Alojamento Local. Será assim na defesa de mais e melhores transportes públicos e da mobilidade ativa, criando uma cidade que luta contra a poluição e as alterações climáticas, menos dependente do automóvel individual, com ruas que podem ser vividas pelas pessoas. Será assim, na defesa da igualdade plena, nas lutas das mulheres, das pessoas racializadas e da comunidade LGBTI+.

Parecia ser só sobre uma ciclovia, mas era uma trincheira para defender o direito à cidade.

Brasil: Desaparecimentos numa Amazónia devastada

Dom Phillips, jornalista britânico e Bruno Pereira, indigenista brasileiro, podem ter sido as novas vítimas da política de Bolsonaro para a região: a devastação e abertura da região aos interesses dos latifundiários, dos garimpeiros, dos pescadores ilegais.

texto de Luís Leiria

Na hora em que escrevo este artigo, prosseguiam as buscas para tentar encontrar o jornalista britânico Dom Phillips e o indigenista Bruno Araújo Pereira, mas as esperanças de localizá-los com vida eram muito pequenas. A informação de que as buscas tinham encontrado dois cadáveres não identificados não foi confirmada. Encontrados foram, porém, diversos pertences de ambos, incluindo um computador portátil, amarrados a uma árvore e submersos nas águas do rio.

Dom Phillips, jornalista colaborador do The Guardian, e Bruno Pereira, da ONG Univaja e funcionário licenciado da Fundação Nacional do Índio (Funai) desapareceram no dia 5 de junho, quando foram vistos pela última vez em São Rafael, no Vale do Javari, situado no extremo Oeste do estado brasileiro do Amazonas. Navegavam pelo rio Itaquaí em direção a Atalaia do Norte. Não chegaram lá.

"Uma aventura", diz Bolsonaro

Pressionado nacional e internacionalmente para apurar o que aconteceu aos dois desaparecidos, o Presidente Jair Bolsonaro classificou a viagem de ambos como "uma aventura". O indigenista, porém, conhece muito bem a região, já que esteve anos à frente da Coordenação Regional do Vale do Javari.

Em 2019, ele chefiou uma expedição, a maior dos últimos 20 anos, para contacto com os índios isolados. Nesse mesmo ano, pediu licença depois de ter sido exonerado da Coordenação Geral de Índios Isolados e Recém-Contactados, na qual esteve por 14 meses. A decisão de exoneração foi tomada pelo ministério da Justiça, cujo ministro era, então, o ex-juiz Sergio Moro. A partir daí, Bruno Pereira passou a trabalhar na ONG Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari).

Já o jornalista Dom Phillips vive há 15 anos no Brasil e especializou-se em assuntos ligados à Amazónia.

Quase a área de Portugal

A Região do Vale do Javari cobre uma área de de 85.445 km2, apenas menos 7 mil que a área total de Portugal (92.212 km2). A área indígena demarcada tem sido alvo de frequentes incursões ilegais de caçadores, pescadores, madeireiros e garimpeiros. Além disso, tem ocorrido nesta região, onde o Brasil faz fronteira com o Peru e a Colômbia, uma intensa atividade dos traficantes de drogas, por ser um corredor para o acesso de cocaína vinda principalmente do Peru.

O afastamento de Bruno Pereira da Funai é parte do esvaziamento a que Bolsonaro condenou a Funai. Ao mesmo tempo que reduzia drasticamente o seu orçamento, o presidente do Brasil passou a apoiar propostas de autorização do garimpo nesses territórios e a agricultura mecanizada em larga escala.

Em 2019, foi assassinado o colaborador da Funai Maxciel Santos em Tabatinga, a maior cidade da região. Meses antes, tinha participado de uma operação que apreendeu grande quantidade de pesca e caça ilegal. Ninguém foi condenado pelo crime.

Descaso do governo

As buscas aos dois desaparecidos começaram logo no dia 5, pela Univaja, que formou equipes de busca "de indígenas extremamente conhecedores da região". Demorou porém alguns dias até que as autoridades federais se integrassem ao trabalho. De tal forma que, no dia 10, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, determinou o governo federal a adotar imediatamente "todas as providências necessárias à localização" de Dom Phillips e Bruno Pereira. No mesmo dia, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos pediu ao governo brasileiro que redobrasse os esforços para encontrar os dois.

Eleições: novas ameaças de Bolsonaro

Em ano de eleições, Bolsonaro tenta ocultar a sua política criminosa em relação à Amazónia. Em maio deste ano, por exemplo, afirmou num encontro com o bilionário Elon Musk que contava com ele para que combater as supostas informações inverídicas sobre a região, afirmando que "a floresta é preservada". Mas os dados dizem o oposto. Desde que Bolsonaro assumiu o governo, os números de desmatamento da região todos os anos batem recordes e este ano deverá ser o mais catastrófico de todos, superando, como em 2021, uma área desmatada de mais de dez mil km2.

As sondagens mostram que Bolsonaro, apesar de contar ainda com uma significativa fatia de cerca de 30% de intenções de voto no primeiro turno das eleições de outubro, é superado largamente por Lula da Silva. Há mesmlo sondagens que apontam a possibilidade de nem haver segundo turno. Mas Bolsonaro faz chantagem, denunciando, tal como fez Trump, que o sistema eleitoral é fraudulento, e ameaçando fazer um autogolpe para se manter no poder.

Na mais recente manifestação de desespero, o presidente brasileiro, num encontro particular com Joe Biden, durante a Cimeira das Américas, pediu o apoio do presidente dos EUA à sua reeleição, afirmando que uma vitória de Lula seria prejudicial aos interesses dos Estados Unidos no Brasil. Biden mudou de assunto.

Crise na distribuição global: o que é conjuntural e o que é estrutural?

texto de Alexandre Abreu

Entendendo as vulnerabilidades económicas sistemáticas num mundo que se tenta desmaterializar.

O bloqueio do canal do Suez em consequência do encalhamento do navio Ever Green em abril de 2021 teve um impacto considerável, retendo centenas de navios durante várias semanas e provocando prejuízos avultados. Teve também um interessante impacto simbólico, demonstrando a vulnerabilidade à ocorrência de tromboses no sistema circulatório em que assenta o capitalismo globalizado. O capitalismo, especialmente na era da financeirização, persegue e promove um ideal desmaterializado, procurando abolir o tempo e o espaço, mas, na sua base, permanece inexoravelmente vinculado à materialidade da produção e da distribuição.

A vulnerabilidade que daí decorre aprofundou-se nas últimas décadas, em consequência de dois conjuntos de processos. Por um lado, a segmentação e deslocalização dos processos produtivos, dando origem a redes internacionais de produção de mercadorias que mobilizam força de trabalho, capital e matérias-primas e os articulam em conjuntos de nós e fluxos cada vez mais complexos. Por outro lado, a tentativa incessante de redução de custos através da otimização logística, da redução de inventários e da organização "just in time" da produção.

Em resultado destas tendências, a logística e a distribuição tornaram-se mais do que meros ramos de atividade, passando a constituir formas paradigmáticas de organização do capitalismo contemporâneo, tal como enfatizado pelas abordagens dos chamados "estudos de logística crítica"[1]. Não é coincidência que um dos mais ricos, mais poderosos e, em vários sentidos, mais odiosos dos "robber barons" contemporâneos, Jeff Bezos, esteja associado precisamente à logística e distribuição. Não é coincidência, também, que a logística e distribuição constituam arenas cada vez mais importantes de disputa e contestação política, tal como exemplificado pelos bloqueios de rotundas pelos "coletes amarelos" em França ou pelo impacto das ações levadas a cabo por trabalhadores portuários – dois exemplos daquilo que tem sido recentemente designado por contralogística[2].

As vulnerabilidades resultantes da conjugação da segmentação da produção com a redução dos inventários tornaram-se novamente notórias nos últimos meses, no contexto de perturbações da produção e distribuição globais que estiveram associadas aos vários momentos da pandemia global de Covid-19. Nos primeiros meses da pandemia, os confinamentos e restrições nos diversos países começaram desde logo a perturbar a fluidez da produção e distribuição, mas o impacto dessas perturbações fez-se sentir de forma atenuada na medida em que, devido à recessão, a procura global também caíu. Em contrapartida, numa segunda fase, grosso modo correspondente ao último ano e meio, continuaram a verificar-se restrições à produção e distribuição, aliás acentuadas pela cautelosa contração dos investimentos, mas estas têm-se confrontado com uma procura global entretanto re-dinamizada pelos fortes estímulos orçamentais e monetários adotados nas principais economias mundiais.

As perturbações das cadeias de produção e distribuição que se têm feito sentir nos tempos mais recentes são, assim, um resultado da conjugação da persistência de restrições nalguns nós importantes das redes globais de produção e distribuição (incluindo em fábricas e portos na China, que tem continuado a prosseguir uma abordagem "Covid zero" assente em confinamentos) com a retoma da procura global, especialmente no que aos bens duradouros diz respeito. Há ainda limitações específicas em domínios e setores pontuais mas críticos, como o transporte marítimo de mercadorias (incluindo uma escassez global de disponibilidade de contentores), cujo custo continua a ser várias vezes superior ao período pré-pandemia, ou a produção de microchips. Em vários destes casos, a atual escassez conjuntural é o resultado de decisões de limitação da produção tomadas na fase recessiva da pandemia e cuja reversão requer agora um período de tempo considerável. As consequências, tal como temos vindo a assistir, incluem a indisponibilidade de certos produtos, tempos de espera acrescidos e o aumento dos preços – sendo esta, aliás, uma das causas principais da forte aceleração da inflação no último ano e meio.

Neste momento, parece provável que os sintomas agudos destas perturbações se atenuem nos próximos meses, à medida que as decisões de produção responderem aos desequilíbrios existentes, sobretudo se os confinamentos e restrições associados à pandemia forem sendo ultrapassados. A vulnerabilidade subjacente, porém, é estrutural e não conjuntural, radicando na tensão entre a pulsão do capital para se libertar de todas as amarras e a materialidade concreta que a produção e distribuição sempre envolvem.

1 Para uma abordagem introdutória, ver Into the Black Box (2019) "Critical Logistics: a Manifesto".
2 Bernes, Jasper (2015) "Logistics, counterlogistics and the communist prospect", in Short Circuit: A Counterlogistics Reader.

E se pudéssemos viver nas cidades?

texto de Vasco Barata
ilustração de Rita Silva

Um recente Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça decidiu que numa fração destinada a habitação não pode haver negócio. Esta é uma decisão com valor reforçado, por se tratar de um acórdão que indica como serão as decisões futuras mas tem a limitação de exigir que quem se queira deste acórdão ter de ir a Tribunal e, porventura até mais importante, pode acelerar a corrida à mudança dos fins destas casas de habitação para negócio. Para que se perceba: todas as frações têm um fim (habitação ou negócio) mas este fim pode ser alterado. Ou seja, na prática, há milhares de licenças ilegais em vigor que poderão legalizar-se se os proprietários alterarem o fim destas casas e se os poderes políticos continuarem a ignorar este problema. Há, também, um embaraço político à direita e ao centro e, no meu entender, uma interpelação à esquerda para que assuma a luta pelo direito à habitação e à cidade com a mesma centralidade que este problema tem na vida das pessoas.

O grande consenso que a direita e centro político mantêm, há décadas, sobre as políticas de habitação teve a sua face mais agressiva com as políticas neoliberais que aceleraram o processo de expulsão das pessoas das suas cidades. O mantra das cidades mais resilientes foi uma campanha de maquilhagem de algo muito simples: aumentar a especulação imobiliária e acelerar o processo de gentrificação fomentando uma economia de cidade totalmente dependente do turismo (setor importante que, no entanto, não prescinde, pelo contrário, vive de baixos salários e precariedade). O alojamento local foi uma peça importante deste modelo. Com o crescimento do AL, dos apartamentos turísticos e, mais recentemente, das empresas de exploração de licenças de AL, milhares de casas deixaram de servir para as pessoas viverem e ficaram a servir de negócio. O centro e a direita, no país e em Lisboa, fecharam os olhos à evidente ilegalidade e à também evidente violência social ínsita nesta política. O recente Acórdão, tal como as ténues medidas de regulamentação do AL, chegou tarde porque apesar de constatar o óbvio não alterou o passado. Além do mais, não se faz política de forma transformadora apelando às pessoas que individualmente recorram aos tribunais. Ficamos, então, com as perguntas que interpelam a esquerda: para onde vamos e que certezas temos.

É urgente que, numa primeira fase e em reação ao acórdão, se estanque a possível perda de casas para o negócio congelando a possibilidade de se alterar o fim das casas de habitação para negócio. Esta é a reação possível de quem sabe que este foi um negócio ilegal mas que já conta com as reações dos liberais e do centro político que prometem legislar no sentido de tornar legal o que é ilegal.

Porém, e como é óbvio, só isto não basta. É preciso apelar à nossa única certeza, a certeza da luta. O direito a uma casa tem de deixar de ser uma proposta defensiva e reativa aos processos de liberalização e financeirização. São urgentes propostas ofensivas, sustentadas na força de quem quer viver nas cidades e não consegue, ancoradas nas pessoas cuja pobreza habitacional é o que define a sua vida e que nos apontem um horizonte de vitória.

Para isso, é urgente perceber que o direito a uma casa vem muitas vezes envolto num legalês ou arquitetês que dificulta o acesso de qualquer pessoa e, não raras vezes, vem embrulhado em promessas para 2050 que ninguém consegue descortinar, apesar de saber que não serão cumpridas. No FMI, Zé Mário dizia-nos que queremos ser felizes agora. É isso que queremos. Uma casa, agora. É a esquerda que tem de lutar por isto.

Pode uma cidade rejeitar o arco-íris?

texto de Ana Maria Brito Jorge
ilustração de Rita Silva

Uma cidade é a sua gente, uma cidade vive e respira pelo pulsar da sua gente. Haja respeito!

Mais ou menos explicitamente, a luta pelo reconhecimento do direito à liberdade de orientação sexual e de identidade e expressão de género avançou e há conquistas alcançadas que devem ser tidas como irreversíveis e, como tal, celebradas com vigor e com orgulho.

O cimento de uma sociedade estribada nos direitos humanos é a inclusão levada à prática quotidiana, de forma consciente, sentida e solidária.

Parece, então, óbvia a adesão da generalidade das populações a todos os atos simbólicos que, em seu nome, proclamem a liberdade, a igualdade, o direito de todas as pessoas a serem felizes.

Não se coloca aqui a questão da contabilidade dos votos, ou seja, se sim ou não, a maioria das pessoas votantes na cidade está com a defesa dos direitos humanos no que toca às questões de identidade e expressão de género e à orientação sexual (tal como não se coloca em relação à condenação do racismo ou à exigência de igualdade de direitos para as mulheres). A questão não se coloca porque direitos humanos não são escrutináveis e, sim, acreditamos que a maioria das pessoas está, quanto a eles, do lado certo.

Surge, assim, como incompreensível a ostensiva relutância de um responsável autárquico em dar cumprimento a uma solicitação que lhe é apresentada por numerosas associações e coletivos no sentido de assinalar, com um ato simbólico, o dia 17 de maio - Dia Internacional e Nacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia (dia em que se celebra a eliminação da homossexualidade da lista de doenças, pela OMS).

Pois. Era tão bom que uma bandeira com as cores do arco-íris – para tantas e tantos, a mais bela de todas! - pudesse flutuar hasteada no alto de um mastro no edifício da Câmara! E houve este ano diversos municípios (e freguesias) que o fizeram pela primeira vez, correspondendo ao mesmo apelo. Alguns, poucos, já o faziam antes... muitos, por todo o mundo, vem levando a cabo esse ato simbólico, sabendo, decerto, do significado libertador que irradia de tal gesto.

Ponhamos, então, os nomes que faltam. Foi no Porto que, já não pela primeira vez, o dr. Rui Moreira recusou o pedido de hasteamento, neste último 17 de maio, de uma bandeira arco-íris no edifício da sede do município. Que contrariava as regras de proteção do património histórico, que só bandeiras "oficiais"... No entanto, o dr. Rui Moreira já chegara a um proveitoso entendimento com um consórcio internacional que prometia trazer milhares de artistas e turistas à cidade para um grandioso festival de música, tudo alimentado com "dinheiro cor-de-rosa", pois claro...! E a mútua simpatia chegou a tal ponto que o dr. Rui Moreira até autorizou essa entidade comercial a hastear uma bandeira arco-íris num mastro especialmente implantado, para o efeito, frente à Câmara. Contudo, que não haja equívocos: questionado a respeito, o presidente da Câmara do Porto deixou claro que a Câmara se demarcava totalmente de tal ato, pois "era o que faltava que começassem agora a aparecer pedidos de tudo quanto é causa para hastear bandeiras frente ao município!"... Falando assim, o dr Rui Moreira estaria a referir-se à cultura dos quiwis ou à criação de galinhas pedrês?

Rematando, uma cidade tem apego ao que o arco-íris representa e a bandeira multicor transporta em si... uma cidade tem gente dentro que quer incluir toda a sua gente e que tem orgulho em ostentar essa vontade de igualdade.

Nenhum autarca, com os seus obedientes apoiantes, tem o direito de trair aquela vontade, aquele gosto.

A tirania do mérito e como ela alimenta o desespero social, segundo Michael Sandel

texto de Francisco Louçã

Michael Sandel ensina filosofia na universidade de Harvard, uma das mais tradicionais universidades dos Estados Unidos, onde é hoje um dos filósofos mais conhecidos e reconhecidos. É o que no seu país se chama um "liberal", ou seja, alguém que está no centro ou, no melhor dos caso, no centro-esquerda do espectro político (a palavra tem um sentido diferente do da Europa, dado que aqui nos referimos à teoria económica e não ao alinhamento político, menos ainda a uma posição distinta da dos conservadores). O livro que recentemente foi traduzido em Portugal, "A Tirania do Mérito – O que aconteceu ao bem comum?" é uma curiosa discussão sobre um duplo paradoxo: o alinhamento do centro e da direita moderada com a doutrina da "meritocracia" (e com a consequente proposta de atuação em torno da solução que seria a criação de "igualdade de oportunidades") e, em função disso, a geração do caldo de cultura que multiplica o desespero das pessoas marginalizadas, facilitando o ascenso da direita trumpista. O livro sugere respostas para o duplo paradoxo.

A primeira questão é então esta: quase todo o sistema político norte-americano e (quase) todos os sistemas políticos europeus aceitaram uma doutrina estranha, a que afirma que a vida de cada pessoa numa democracia se estabelece pelo valor do mérito, que este garante a promoção de quem é melhor e, portanto, dá a recompensa devida pelo esforço pessoal. Escreve-se, assim, uma história individual em que toda a gente seria igual perante o mecanismo de seleção. Só que isto é uma mentira. Sandel pergunta-nos o seguinte: se 10 multibilionários detêm tanto quanto quase metade da população mundial, ou mais de 3 mil milhões de seres humanos, queremos mesmo aceitar esta ideia de que a riqueza resulta do mérito de cada uma dessas personalidades? Ou que não houve heranças, ou a vantagem do nascimento, ou o favor do Estado, ou a vantagem na localização e na educação, ou o preconceito, ou a seleção por empresas e interesses? A naturalização das desigualdades é uma falsificação da história económica concreta, pretendendo que não existe poder na construção das diferenças. É o paraíso liberal, no sentido moderno da palavra: as individualidades comporiam a sociedade e seria o processo de seleção natural que apontaria quem vence.

Ora, se essa questão da desigualdade tem sido estudada e discutida, sobretudo nos últimos anos, com Piketty, Zucman e outros, a segunda, que é a sua consequência, tem tido menos atenção. E é a parte mais interessante, ou mais preocupante, do livro de Sandel: escreve ele que, se o sistema político se converteu à ideia de que o mérito é o fundamento da vida social e a meritocracia deve ser a sua lei, organizando a ação educativa e outras formas de decisão social, então está a impor à grande maioria da população a noção de fracasso. Se os milionários são quem tem o mérito, os médios, os remediados, os pobres, os outros 99%, são os falhados. E é por culpa sua, falta-lhes a qualidade que é reconhecida pela varinha mágica da fortuna. São pobres porque querem. Neste mundo, só sobra o desespero, argumenta Sandel; e é uma angústia silenciosa, porque se faz crer a cada pessoa que não tem mérito, carregando o peso da sua marginalização ou da sua vida difícil. O trumpismo alimenta-se deste desespero e, na verdade, todas as extremas-direitas aproveitam este sentimento para apontar algum outro culpado, sejam os migrantes, sejam as mulheres, seja quem for. Se a vida te faz crer que tu és o culpado pela tua desgraça, levanta o teu ódio contra o teu vizinho, é mais confortável e mais fácil.

Polarizado pelo sentimento não-dito do fracasso e pelo interiorização pessoal da responsabilidade de cada qual pela sua pobreza, pelo seu trabalho repetitivo ou pela falta de horizonte, este mundo é o resultado da destruição da noção do bem comum. O bem comum seria precisamente o contraponto da meritocracia individual, da luta contra o meu vizinho. Esse é o valor de uma sociedade que estabelece referências democráticas – a educação ou a saúde, o sistema de proteção social, o pleno emprego, a cultura – e que, desse modo, permite e estimula o desenvolvimento de cada pessoa na sociedade em que vivemos. Sandel, que descobre nessa falha a cultura da desigualdade e o fundamento da experiência do ressentimento, está-nos a dizer que o ascenso da extrema-direita nasceu na forma como o centro e as direitas deram a mão ao neoliberalismo. Vale a pena lê-lo.

A luta no interior de todas as cores

texto de Marta Almeida

A primeira marcha LGBTQ+ da Covilhã contou com mais de 300 pessoas nas ruas. Um relato de quem viu o momento por dentro

Surge no interior a primeira marcha LGBTQ+ da força, da garra, da luta da comunidade para a comunidade e os seus aliados.

A necessidade de dar voz e visibilidade a pessoas que diariamente são discriminadas, agredidas, reprimidas e que vivem sem liberdade uniu na cidade-neve o coletivo "Covilhã a marchar" que se fez ouvir e que juntou centenas de pessoas no dia 4 de junho, pelas ruas da Covilhã reivindicando a sua liberdade os seus direitos, direitos esses que são direitos humanos.

O coletivo "Covilhã a marchar" surge inicialmente entre um grupo de trabalho de jovens ("Metamorfose") que perceberam que podiam tornar a luta de todes visível juntando-se com a restante comunidade, criando laços de solidariedade.

Como em todos os outros sítios , a LGBTQ+fobia é uma realidade também na Covilhã. Sabemos que no interior, onde o conservadorismo ainda está muito presente, onde a religião é a norma e comanda tudo, onde não estamos protegides pelo anonimato das grandes cidades estamos mais expostes e somos violentades diariamente simplesmente por sermos corpos vivos e em movimento. Não somos livres de amar e ser.

Na Covilhã , no mês em que se assinala o mês do orgulho LGBTQ+ , não podia ser diferente. Não podíamos deixar de sair à rua, mesmo que com mais desafios e olhares desconfiados...É importante assinalar a nossa presença. Porque a verdade é que existem pessoas queer no interior, estamos presentes e não vamos ser mais invisíveis.

O "Covilhã a marchar" pôs na rua a primeira marcha LGBTQ+ da Covilhã, mas esta não será a última. Também deu e potenciou a voz de centenas de pessoas, maioritariamente jovens, mostrou que não temos de continuar a viver nas margens e no medo. Reivindicou formação de profissionais de saúde, SNS e escolas inclusivas, habitação acessível, para que não tenhamos que sair do interior. Somos jovens do interior e não queremos continuar a ser empurrados para fora.

Por tudo isso foi importante pintar a Covilhã de todas as cores. As cores do arco-íris, os gritos de liberdade e luta pela igualdade fizeram-se sentir na encosta da serra marcando a visibilidade de uma comunidade que não pode ser esquecida e que, diariamente, vê a sua vida dificultada pela sua orientação sexual, romântica e afetiva.

Continuaremos a lutar por todes aqueles que não se podem expressar, não podem ser livres, por uma academia sem homofobia, por um ensino inclusivo, continua por um serviço nacional de saúde que esteja preparado com os devidos cuidados para a comunidade, continua pelo pelo respeito no espaço público, no local de trabalho e nas próprias casas, continua pela criação de apoios à comunidade LGBT+ sénior, continua por todes os que já lutaram, continuam por todos os que ainda lutam, continua pela liberdade!

Festival de Teatro de Almada

Amarílis Felizes

Os festivais de multidões regressam em força este verão.

Dias de calor, música devaneio, e comunhão.

Talvez o melhor vestígio de utopia realizada; ainda que 2022 seja já tão longe de 1969, e ainda assim não tenhamos aprendido a sonhar com mais do que as flores do Woodstock; possivelmente, mesmo com o ofuscante brilho das marcas de telemóveis sobre a nossa rockstar favorita; ou até, se calhar, ainda que stagehands e a malta que serve finos tenha jornadas de 16 horas, abaixo do salário mínimo.

Mas não venho falar destes festivais, nem das suas deliciosas contradições. Quero convencer-vos a ir a um festival de teatro que também tem sabor de multidão e que a mim também me lembra sempre que um outro mundo é possível (bastará não haver vento no palco da Escola D. António da Costa).

Falo do Festival de Almada, que há 39 anos recebe as mais destacadas rockstars nacionais e internacionais do teatro e, mais recentemente, da dança.

Ao longo de décadas, espetáculos de artistas como Giorgio Strehler, Peter Brook, Katie Mitchell, Peter Stein, Emma Dante ou Phia Menard, trouxeram-nos mil universos, suas estéticas e éticas, e criaram um público sedento do espanto.

E a fidelidade deste público é arrepiante. O festival dita os seus passos, ao ritmo de três peças por dia, apontadas previamente nas agendas, para não perder pitada. A voragem é justificada porque o que por ali passa não se repetirá ao lado, nem tão depressa. A assistência não é exclusivamente almadense, ou não seria este o grande acontecimento anual do teatro no país, mas a verdade é que a relação do festival com o seu público local é uma característica verdadeiramente especial.

Julho é o mês do Festival de Almada. O público chega, o Teatro Joaquim Benite torna-se casa comum, e o pátio da escola ao lado um gigante auditório ao ar livre. Desta vez há espetáculos de Bob Wilson e Lucinda Childs, Thomas Ostermeier e dos Baro D'Evel. (a programação total é apresentada depois de amanhã, mas o fecho da edição é hoje).

"The Wire"

Paulo Pinto

The Wire (Sob Escuta em Portugal), é uma série que durou entre 2002 e 2008, e que entre as suas 5 temporadas apresenta a perspetiva de diferentes instituições em relação ao problema corrente do tráfico e consumo de droga na zona de Baltimore. Ao longo da série ficamos a entender como é que ações mínimas emperram as engrenagens do sistema vigente e complicam o cumprimento dos avanços sociais necessários para a reintegração de comunidades marginalizadas.

Poucas séries conseguem alcançar o nível de realismo que o The Wire alcançou, muito devido ao percurso dos seus criadores. Foi escrito por um jornalista que se focava em assuntos policiais e por um antigo detetive de homicídios, duas pessoas que ficaram a conhecer muito bem a realidade das comunidades e instituições que apresentaram ao mundo em forma de ficção.

Ao contrário dos dramas policiais a que estamos habituados, o The Wire não é "Copaganda". Não há espaço para fazer propaganda à polícia enquanto se mostra a nu a sua disfuncionalidade. Nunca saberemos ao certo, mas talvez tenha sido este choque com a norma liberal estadunidense que levou com que o maior crime em torno desta série fosse cometido: nunca ter sido reconhecida com um Emmy.

"A Lista da Mercearia"

Leonor Figueiredo

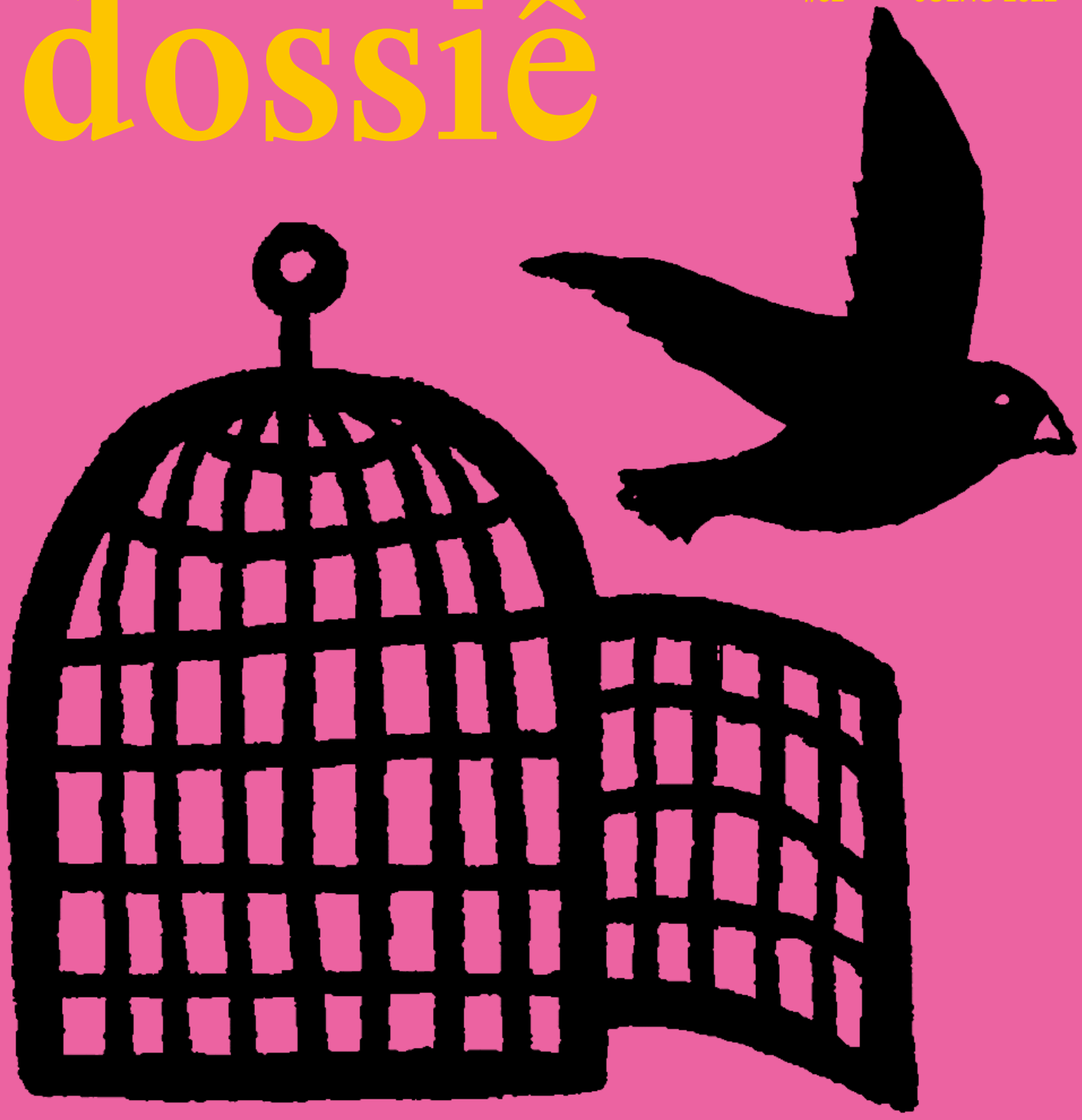
Depois de "O mais difícil do capitalismo é encontrar o sítio onde pôr as bombas" (2017), chegou agora a Portugal o novo livro de Judite Canha Fernandes - "A Lista da Mercearia" (2021, Urutau). Uma novela que conta 24h da vida de Alice e a sua reflexão sobre a experiência particular de viver enquanto mulher. Em capitalismo. Judite (1971, Funchal) apresenta-se como "performer, feminista, curinga, escritora, bibliotecária, ativista, mãe, investigadora, sem nenhuma ordem em especial". É uma escritora para quem escrever é simultaneamente um jogo e um acto sério. A escrita não está ao serviço de nada nem está à parte das coisas. Como tal, é parte de-

E denuncia, sem ser panfletária. Conta o que é ser maior que o corpo num mundo que tudo quer formatar. Há algo na sua escrita que fala a muitas vozes e por muitas vozes.E que, sendo irremediavelmente (e ainda bem) a voz da Judite, de algum modo nos representa. Um pouco como uma comunidade que, de mãos dadas, ri como quem chora de um choro que é mais

forte do que o próprio choro. É confronto. Necessário.

#52 SÉRIE II JULHO 2022

dossiê



No horizonte, a Utopia

Utopias e movimento estudantil

texto de Guilherme Machado

A utopia está sempre envolta de uma certa neblina de romantismo, que suscita um certo cinismo devido à sua natureza - foge ao quotidiano do real e subverte o que tomamos por certo, como parte do que em muitos aspetos podemos considerar um verdadeiro sonho. Mas a utopia é política, e surge nas clivagens das lutas sociais do mundo em que surgem. O sonho nunca é descrito numa linguagem nova, mas sim através da linguagem que conhecemos, estabelecendo conceitos novos. Quando a Utopia de More ou a República de Platão delineiam novos modelos sociais e de organização política, nunca o fazem de forma isenta: existem objetivos e crenças que guiam os seus pensamentos e ideias sobre como reformular por completo não apenas o seu mundo, mas as pessoas que o habitam. E poucos espaços têm sido mais prolíficos para a criação da utopia do que o dos movimentos estudantis. Nem sempre narrada numa prosa ilusória, mas sempre capaz de se fazer através de uma contundente crítica ao sistema que habitam.

A Crise Académica portuguesa, e a generalidade dos movimentos estudantis da década de 60 - desde as barricadas parisienses às revoltas em Praga - partilham entre si esta capacidade de levar a mera teorização intelectual e as reivindicações materiais ao expoente do sonho. Em Portugal, a recusa de ir à guerra transforma-se num movimento que quer fazer cair um regime com mais de três décadas, e em França, os estudantes saíam à rua não apenas como parte de uma elite estudantil, mas como força aliada dos movimentos de trabalhadores e opositores ao regime gaullista e ao imperialismo americano. No fundo, uma sociedade que nas suas convulsões e contrações, encontra formas de se alterar e de se modificar com base em novos conceitos e ideais. Podemos mesmo afirmar que há uma certa estreita ligação entre a utopia como fenómeno no imaginário social e um espírito revolucionário de juventude: no seio de um choque de classes e de gerações. Mas qual será a efetividade da utopia como instância política capaz de produzir efeitos e mudanças para a comunidade estudantil? Será o sonho uma mais-valia ou um obstáculo?

Há quem diga que ao pensarmos ao nível de “o que devia ser” em vez de “o que podemos fazer?/qual é o potencial desta situação?”, estamos a fugir ao quotidiano da situação política e social, deixando de lado formas de prática efetiva na luta por uma sociedade diferente. Mas ao abandonarmos a imaturidade da utopia, entregamo-nos sem resguardo aos dispositivos políticos institucionais e inserimo-nos nestes não como fontes de subversão e de mudança, mas sim como meros elementos integrantes das estruturas de poder. Um exemplo é a forma como o movimento estudantil perdeu, ao longo das últimas décadas, a capacidade de se servir da revolta como forma de protesto. A propina mantém-se como obstáculo ao acesso ao ensino? Ocupemos as faculdades e exijamos o impossível, em vez de apresentarmos “cadernos reivindicativos" a uma reitoria indiferente e perante estudantes apáticos. Esta transição da reivindicação-revolta para a reivindicação-negociação insere-se no contexto geral de um realismo liberal que nos impede não apenas de conceber formas de produção não capitalistas, mas também quaisquer outras formas de viver e organizar o político de forma democrática e justa. Aqui, a utopia poderia ter o papel de guiar os espíritos para fora dos sistemas de pensamento e práticas que sustentam os poderes estabelecidos, quando os estudantes podem, através da utopia como conceito operativo, conhecer e desenvolver formas novas de luta e de reivindicação. O seu desaparecimento da mente dos estudantes - um mundo sem mestres nem amos - representa no fundo a morte de um espírito revolucionário que foi derrotado primeiro pela polícia de choque nas ruas e depois pelas subjetividades do sistema neoliberal. Se aos estudantes tiram a democracia, a representação e a estabilidade da aprendizagem e de vida, é à Utopia que devemos recorrer novamente como fonte de energia para subverter não apenas um sistema de ensino opressor (em vez de emancipador), mas toda uma sociedade capitalista como fonte das contradições que definem a vida académica na atualidade.

Ciber-utopia: a tecnologia não nos vai salvar (mas pode ajudar)

texto de João Bernardo Narciso

Em 1887, num período marcado por forte agitação social e por um movimento trabalhista em ascensão nos Estados Unidos, o escritor americano Edward Bellamy publica o romance utópico "Looking Backward: 2000-1887". Conta a história de um protagonista que cai num profundo sono e acorda no ano 2000, num mundo harmonioso em que toda a indústria é nacionalizada e em que cada país tem um "exército industrial" pelo qual todos os adultos são obrigados a servir, se bem que com jornadas de trabalho reduzidas e outros benefícios. Este romance, um dos maiores bestsellers do seu tempo, inspirou todo um movimento, espoletando a criação de centenas de clubes em todo o país para a discussão e promoção das suas ideias. Duas décadas mais tarde, King C. Gillette (o inventor da famosa lamina de barbear) publica o manifesto "World Corporation, propondo uma visão de sociedade meritocrática na qual toda a produção e trabalho são organizados numa única corporação. Os seres humanos passariam a ser então "engrenagens na máquina, atuando em resposta à vontade da mente corporativa". Todas as decisões nesta sociedade seriam tomadas por tecnocratas e pela própria tecnologia, de modo a tornar toda a política obsoleta.

Estas propostas surgem no contexto do socialismo utópico – apesar de Bellamy recusar, de forma calculista, definir a sua ideologia como "socialista", preferindo o termo "nacionalista" – Gillette era um fervoroso socialista utópico. Estes autores, bem como vários outros pensadores utópicos do seu tempo, acreditavam em projetos de futuro que seriam realizáveis através da soma cumulativa de avanços tecnológicos. De forma algo conservadora, o que propunham não era uma mudança de direção da sociedade, mas sim a aceleração dos processos que já se viviam. Nesta ideia de progresso tecnológico universal, interesses em conflito e luta de classes são conceitos que não se aplicam. A tecnologia como resposta óbvia para todos os problemas é baseada numa lógica simplista. Falha no reconhecimento das desigualdades e opressões do presente e dos fatores que as causam. Sem essa identificação estrutural, qualquer proposta de futuro torna-se apenas num presente mais extremado. É talvez por isso que futuros como o que Bellamy imaginou parecem hoje mais distópicos do que utópicos, e mais perto de formas extremas de capitalismo de estado do que de socialismo.

Segundo Lizzie O'Shea, autora de Future Histories (2021), muitos dos que hoje propõem que é possível resolver todos os problemas da nossa sociedade através do desenvolvimento tecnológico padecem dos mesmos ângulos mortos que estes pensadores do final do século XIX. O CEO da Uber, Travis Kalanick, dizia em 2015 que objetivo da sua empresa era "eliminar o problema do congestionamento das cidades para sempre". Na realidade, estudos demonstram que existe uma correlação entre o aumento do transito automóvel e o crescimento da utilização de serviços como a Uber. Mark Zuckerberg definia em 2017 a missão da sua empresa como "Dar às pessoas o poder de construir comunidade e de tornar o mundo mais próximo". São conhecidos os efeitos nefastos da erosão de vínculos sociais através da emergência de eco-chambers em redes sociais como o Facebook, intensificados por algoritmos opacos cujo único objetivo é aumentar o tempo de utilização da plataforma de modo a conseguirem vender mais anúncios. É claro que o otimismo dos milionários de Silicon Valley não se explica só através de erros de análise e de desconhecimento da realidade material. A tecnologia como resposta para tudo serve-lhes bem para conservar um sistema capitalista que lhes garante a manutenção da sua riqueza e poder.

Evgeny Morozov. autor de The Net Delusion (2011) e de To Save Everything, Click Here (2013), utiliza a expressão "solucionismo" para caracterizar esta ideia de que para cada problema existe uma solução tecnológica à espera de ser descoberta. Também quando falamos de democracia, essa tendência existe. Assim foi quando, no começo da Primavera Árabe, convocaram-se o que vieram a ser enormes e decisivas manifestações através do Twitter – recorde-se houve quem sugerisse que esta rede social deveria ser galardoada com o Prémio Nobel da Paz. Mas contra a ideia de que graças ao potencial das (na altura ainda recentes) redes sociais, os oprimidos de todo o mundo iam finalmente ser capazes de se juntar e derrubar regimes, Morozov desmonta o mito. Mostra que a influência da organização política nas redes sociais é sobrevalorizada e que os próprios regimes também podem jogar o jogo das redes e com vantagem, através da vigilância dos cidadãos e de outras estratégias para impulsionar narrativas. Para ilustrar este argumento, dá o exemplo da Rússia, que utiliza as redes sociais a seu favor impulsionando comentadores com opiniões favoráveis ao governo russo. O autor mostra que as redes sociais não são necessariamente uma força do bem, do lado das multidões oprimidas: têm o potencial de facilitar o derrube de regimes fracos, mas também pode ajudar a tornar regimes fortes ainda mais fortes. Com o que temos visto na última década, com o crescimento da extrema-direita e com a ingerência de estados estrangeiros em eleições de países terceiros através das redes sociais, é seguro dizer que o tempo provou que o ceticismo de Morozov tinha razão de ser.

A tecnologia é o que fazemos dela. Não existe num vácuo, depende das dinâmicas de poder de quem a cria e de quem a usa. Mas tendo um potencial para o exacerbar de opressões, também pode servir como uma ferramenta emancipadora e facilitadora do desenvolvimento do potencial da humanidade. A automação pode fazer-nos trabalhar menos horas garantindo que temos acesso a tudo o que precisamos, mas também pode servir para a acumulação capitalista e acentuação de desigualdades. A Internet do futuro pode ser uma Disneylandia anarco-capitalista, à base de paywalls e de um modelo de negócio extractivista que depende dos nossos dados, e em que tudo é um NFT e portanto, tudo é mercantilizável e sujeito à especulação. Pode tornar-se um gigante panóptico em que tudo o que dissermos está sobre escuta e é passível de censura. Mas também pode ser espaço livre. Um espaço para o qual todos podemos contribuir, em que autodeterminação e a privacidade de cada um é respeitada, e um espaço que trata os seus utilizadores não como consumidores, mas como pessoas.

Ecossocialismo: cortar ou transformar?

texto de Maria Manuela Rola

"O ecossocialismo insiste em redefinir a trajetória e objetivo da produção socialista num contexto ecológico. Fá-lo especificamente em relação aos "limites ao crescimento", essencial para a sustentabilidade da sociedade. Isso sem, no entanto, impôr escassez, sofrimento ou repressão à sociedade. O objetivo é a transformação das necessidades, uma profunda mudança de dimensão qualitativa, não quantitativa."

Manifesto Ecossocial Internacional, Michael Lowy e Joel Kovel

A discussão sobre os modos de operar uma superação do sistema capitalista volta a estar em cima da mesa e de forma muito concreta no âmbito da luta ecologista à esquerda. Os alertas e as mobilizações de jovens, cientistas e população profundamente afetada pelas alterações climáticas, parecem não ter levado a alterações radicais das políticas, nomeadamente nos países mais ricos, parecendo cativar indiferença e desdém em algumas situações. Esta evidência - que não é de agora, diga-se - parece conduzir à necessidade de um corte vertiginoso com o sistema que nos aprisiona. É verdade que necessitamos, a questão é se já construímos as sementes da transformação, se já acumulamos experiências, se construímos ou sequer temos propostas de organização alternativa para suplantar o que pretendemos eliminar.

Vivemos então, um momento de intenso debate, embora algo restrito, que sucumbe ao desespero da evidência da catástrofe. Esta dissipação da estratégia parece obliterar que o fim da história já foi demasiadas vezes anunciado, e que, o que sempre se operou nestes momentos foi uma transformação. É neste momento, e para ele, que quero puxar a reflexão - para as janelas de oportunidade no tempo e na história - porque será a mobilização que for construída sob a "lenta impaciência" que permitirá responder - ou não - à altura do nosso desafio civilizacional.

É tendo em conta esse desafio que as correntes de decrescimento e/ou tremendismo me assustam por consagrarem respostas limitadas e parciais que afastam um largo conjunto da população. As primeiras apresentam uma resposta simplista e dentro do marco do capitalismo: diminuir o PIB. Isto não quer dizer que não devemos apontar para "limites ao crescimento" - estamos num planeta finito, é certo, e que tem sido explorado até ao tutano - mas não podemos adensar argumentos de ecofascismo, limitar a nossa capacidade de transformação do sistema e canalizar o argumentário para uma lógica em que o capitalismo sempre venceu: a do capital. Não foi o crescimento que respondeu a necessidades humanas e a valores de uso que nos colocou neste estado, não foi a saúde, a educação, a habitação, a alimentação ou o aquecimento. Foi a falta deles, precisamos de mais. Não foi a resposta humana de cuidado que privilegia a reprodução e manutenção da vida e da natureza - que não é contabilizada no PIB -, foi a sua exploração informal para a manutenção da produção e do consumo, acentuando os lucros. Temos de o reconhecer.

As segundas, como correntes messiânicas, tendem a afunilar o horizonte dos possíveis e a afastar - deliberadamente e irresponsavelmente - largas camadas da população. Como respondem estas correntes aos trabalhadores que vêem o concreto do seu dia-a-dia profundamente em perigo com o fim do seu trabalho poluente - mas necessário à sua subsistência? Como respondem às crises que as lógicas belicistas instalam - como a alimentar e energética que a guerra na Ucrânia produz? Qual a estratégia para aproximar de nós, da transformação e da revolução necessária, as pessoas que sofrem, são reprimidas ou vivem em escassez? Sofrimento? Opressão? Escassez?

Ambas as pretensões se colocam do lado de quem cria as crises e as aprofunda. Pior, podem até mascarar o conflito, tornando-o uma crise percepcionada como decorrente da sua própria intervenção, o que impedirá a construção de novos imaginários e a polarização de alternativas. É um erro. Deixa o capitalismo escapar-se num momento em que ainda não é massivamente evidente, intuitivo e visível quem opera o declínio da nossa existência e a escassez de meios de subsistência. Mascarado de disrupção, o tremendismo pode cair no erro de camuflar a atuação da globalização, da financeirização, da expansão dos lucros, da acumulação.

As opções que parecem captar o imaginário de esquerda onírico de pensadores/ativistas como Daniel Tanuro no primeiro ou Andreas Malm no segundo podem responder a consensos conceptuais das realidades eurocêntricas e privilegiadas nessa geografia mas falham em falar para quem tem o dia-a-dia focado no fim do mês na falta de recursos mínimos, nos limites da sua própria sobrevivência.

Preparar-nos para termos uma mobilização de massas no culminar das crises sucessivas, que o capitalismo não falha em criar, que evidenciam o desastre que este sistema representa na resposta à vida concreta das pessoas - intensificado pela globalização e financeirização - não é muito diferente da acumulação de forças para construir essa capacidade de resistência. Essa não pode prescindir de ninguém e deve estar do lado de quem mais sofreu e quem mais sofre com as opções levadas pelo capitalismo, as pessoas mais pobres, racializadas, em países periféricos, nas zonas de exploração de combustíveis fósseis, nas zonas trilhadas pela especulação e exploração, alterando o modelo de consumo permanente em todas as esferas da vida, mas compreendendo que em demasiadas situações, esse consumo permanente nem sequer existe. A essas pessoas, que lhes dizemos para cortar?

O direito de ser infeliz, ou melhor, a liberdade de escolher a própria felicidade

"Uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização desenvolvida, um testemunho de progresso técnico."

Herbert Marcuse, O Homem Unidimensional

texto de Asia Leonardi

Estamos acostumados a usar a expressão "livre como um pássaro", que a música de Lynyrd Skynyrd ecoa alegremente, mas, infelizmente, esquecemos o dodó. Quando um pássaro aprende a empanturrar-se o suficiente sem ser forçado a usar suas asas, renuncia ao privilégio de voar e permanece no chão, para sempre. Assim, se dermos ao humano pão abundante e regular três vezes ao dia ele ficará feliz em se satisfazer apenas com pão, ou talvez apenas com pão e circo. O universo distópico que Aldous Huxley propõe em Admirável Mundo Novo já é, por si só, assustador, mas o elemento que mais nos incomoda é que esse mundo é mesmo admirável, no qual todos os habitantes ficam felizes em desfrutar da estabilidade garantida pela ciência aplicada. Uma felicidade tremenda, que tornou supérflua até a religião, uma felicidade que todos estão dispostos a pagar pelo preço da sua liberdade.

Seria fácil livrarmo-nos desta perturbação e colocar o livro de volta na prateleira, fingindo que o universo de Huxley está longe de nós, do nosso quarto, do nosso mundo. No entanto, basta abrir qualquer rede social, ou ligar a televisão, ouvir rádio, ir ao cinema, para receber e absorver inconscientemente "palavras que caem de cima", e que vão construindo em nós aspirações, necessidades e desejos que não sabíamos que tínhamos antes, mas que temos desde já a mania compulsiva de satisfazer.

Não nos apercebemos que necessidades como a de nos relaxarmos, de nos divertirmos, de nos comportarmos e consumirmos de acordo com a propaganda de marketing não surgem de nós, mas são determinadas por poderes externos cuja influência ajudamos a solidificar.

O aparato produtivo da sociedade em que vivemos determina as necessidades e aspirações individuais, dissolvendo o contraste entre necessidades individuais e necessidades sociais, entre interesse real e interesse imediato, entre consciência real e falsa consciência. Um contraste que se torna evidente quando os humanos sentem a necessidade pessoal de mudar seu modo de vida.

Mas num lugar, ou não-lugar distópico, onde a capacidade de distribuição de mercadorias aumenta em escala de cada vez mais, onde em qualquer lugar do mundo encontramos uma loja que vende iPhones ou os modelos mais recentes da Ford, o que é ainda mais assustador é que vamos encontrar pessoas de qualquer nacionalidade e qualquer classe que não conseguem esperar pela hora de os comprar, e tudo isso não significa que a abolição das classes se deu, mas sim que o interesse estabelecido é interiorizado pela maioria da população mundial. Pessoas de todo o mundo descobrem a sua identidade e o propósito do seu desenvolvimento individual nas mesmas mercadorias, e isso, por assim dizer, reavalia o conceito de alienação.

A tecnologia, o avanço industrial, aprisionaram-nos dentro de um controlo e coesão social muito mais eficaz do que qualquer associação terrorista, e de uma forma agradável para nós. Não se trata de adaptação, mas de mimésis, de identificação do indivíduo com a sociedade e da sociedade com o todo.

Herbert Marcuse, um intelectual da escola de Frankfurt, que escapou da Alemanha nazi para se encontrar no meio do boom económico americano, propõe no seu livro "O Homem Unidimensional" um novo conceito de totalitarismo, válido também para uma economia -organização técnica, não terrorista, que opera através da manipulação de necessidades, onde a oposição é socialmente inútil e, portanto, caracteriza-se como uma sociedade capaz de manter e impedir a mudança social. É o declínio das forças históricas que no alvorecer da revolução industrial pareciam representar a possibilidade de novas formas de existência, de novas formas de vida.

Perguntamo-nos, então, qual o preço que pagámos por esta suposta estabilidade feliz. E a resposta é a liberdade, entendida no sentido kantiano do termo, associada à ideia de que "ninguém me pode obrigar a ser feliz à sua maneira". A este ponto, talvez, devêssemos retirar o nosso querido Huxley da prateleira e perguntarmo-nos como John, o "Selvagem", qual é o limite diante do qual reivindicar "o direito de ser infeliz".

Heterotopias: a utopia nas veias da realidade

texto de Alexandre Portela

Apesar da nossa capacidade de nos apropriarmos do espaço, de o formalizar, não o habitamos como algo geometricamente homogéneo. Depois da revolução Coperniciana que colocou a Terra tida como sagrada como mais um entre os astros, há ainda uma reminiscência da santificação medieval dos locais (que prescrevia uns como sagrados e outros profanos) na maneira como ocupamos o espaço: vemo-lo na forma de uma relação entre locais que exprimem diferentes qualidades e características que exigem de nós uma resposta, uma diferença comportamental. Mudamos consoante o sítio onde nos encontramos porque percepcionamos os locais como qualitativamente diferentes e isso espelha as ideologias dominantes, as relações de poder, a narrativa que socialmente vamos construindo. É diferente encontrarmo-nos numa universidade ou num cemitério; num café ou na prisão; em propriedade pública ou privada. Estas são de acordo com Michel Foucault "heterotopias" e as suas identidades estabelecem-se na relação entre elas, cada uma remete para todas.

Também as utopias remetem para todos os outros sítios, na medida em que estabelecem uma analogia com os espaços reais da sociedade, que os aperfeiçoam ou completamente invertem, mas fundamentalmente consistem em espaços irreais. As utopias, mesmo referindo-se a espaços reais, não existem em lugar nenhum, assemelhando-se à imagem virtual que encontramos nos espelhos fantásticos das feiras populares que ora nos tornam mais compridos ora mais curtos. O espelho em si é um misto de utopia e heterotopia, pois apesar de nos devolver uma imagem de um não-local, esse espelho é, no entanto, real e encontra-se perante o objeto que reflete, assumindo a significação própria de um espelho também.

Neste sentido, os locais que habitamos constituem heterotopias e podem na sua significação própria remeter para uma utopia. Podemos considerar um exemplo flagrante disto as tentativas de criar um "paraíso na terra" dos socialistas utópicos no século XIX. Por exemplo a "New Harmony" de Robert Owen, foi uma cidade tornada num projeto experimental de uma comunidade autossuficiente que tinha como propósito provar empiricamente as formulações de uma sociedade idealizada por Owen. Evidentemente que a "New Harmony" era um local real, sediado numa sociedade capitalista que não substitui, mas também nos remete para um estado de coisas diferente, o seu lado utópico. Marx, que preferia fazer uma análise crítica da realidade a tentar projetar nela um ideal, criticou a metodologia levada a cabo por teóricos como Owen, mas também reconheceu nos seus trabalhos um elemento crítico dos princípios da sociedade existente e, portanto, importantes para a conceção de uma alteridade.

A utopia está nas veias da realidade. A partir do conceito de heterotopias apercebemo-nos de que habitamos o mundo de acordo com a imaginação e todos os locais cumprem já um papel nesta sociedade, todos os locais estão já carregados de regras, numa realidade socialmente construída por nós todos em que os locais no limite funcionam como um espelho que reflete a ideologia dominante.

Os reacionários criticam a esquerda por não apresentar uma alternativa, ou então que é utópica, impossível de alcançar e, portanto, desligada desta realidade. O que fazem com isto é negligenciar e remeter todos os problemas na sociedade para soluções que hão de vir do seu natural progresso, eliminando qualquer possibilidade de mudança fora das hipóteses do status-quo. Ignoram que também a utopia opera neles, que só através de uma fé no progresso, num futuro estado de coisas que ainda não existe, conseguem aceitar e defender o presente. No entanto sabemos que nos encontrarmos num mundo com uma ordem contingente e que por isso suscita na nossa imaginação formas de alterá-la, antes que os sonhos capitalistas se tornem em distopias.

Não nos conseguimos desligar da utopia, cumpre uma função na maneira como habitamos o mundo perseguindo o desejo, está intimamente ligada à fantasia com que concebemos a realidade pela imaginação. Ignorar o nosso impulso utópico é ignorar o desejo, é deixar de imaginar novos rumos, é tornarmo-nos indiferentes ao desenrolar da história, é um passar das responsabilidades, é consentir. Se não tomamos as rédeas da utopia em nós, rapidamente as várias utopias capitalistas tomam conta desse impulso, neutralizando-o, substituindo o desejo por consumo, recolocando a nossa identidade dentro do sistema, novamente incapazes de impedir a distopia para onde nos dirigimos.

Segundo Foucault, o barco, enquanto espaço flutuante, é um lugar sem lugar fixo, fechado sobre si e que ao mesmo tempo se entrega à infinitude do mar, podendo levar-nos às maiores riquezas no que estiver do outro lado: é a maior reserva de imaginação e por isso pode ser considerado o espaço de heterotopia por excelência. Uma sociedade sem estes "barcos" é uma sociedade que cessou de se imaginar, que se prende ao concreto como irredutível, que deixou de expandir os limites do real. É preciso, nas palavras de José Mário Branco, "Lembrar como o mar nos ensinava a sonhar alto".